
Gênero, raça, sexualidade e classe nos projetos político-pedagógicos em cursos de psicologia

Vanilce Farias Gomes¹

Conrado Neves Sathler²

Marisa de Fátima Lomba de Farias³

Resumo

Objetivamos apresentar, por meio da análise discursiva, alguns efeitos de sentido percebidos nos projetos político-pedagógicos (PPP) das graduações em Psicologia, de 15 Instituições de Ensino Superior, sobre gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva interseccional. A hipótese é a de que mesmo buscando atender orientações normativas do Estado sobre a transversalidade dos direitos humanos nos currículos, os cursos revelam o tácito acordo com o pacto narcísico da branquitude. Concluímos que gênero, raça, sexualidade e classe estão presentes, majoritariamente nos PPP, como resposta às orientações legais. A transversalidade não representa mudança ou ruptura com/nas estruturas sociais, mas emerge na escrita como artifício e produz a falsa sensação de compromisso social.

Palavras-chave: Ensino superior; Psicologia; Interseccionalidade.

Gender, race, sexuality and class in pedagogical projects in psychology courses

Abstract

We aim to present, through discursive analysis, findings in the pedagogical political projects (PPP) of Psychology Graduations in 15 Higher Education Institutions about gender, sexuality, race and class in an intersectional perspective. The hypothesis is that even seeking to comply with normative guidelines of the State on the transversality of human rights in school curricula, the courses reveal the tacit agreement with the narcissistic pact of whiteness. We conclude that gender, race, sexuality and class are largely present in PPPs only in response to legal guidelines. The transversality does not represent change or rupture with/in social structures, but emerges in the writing as an artifice and produces a false sense of social commitment.

Keywords: Higher education; Psychologist training; Intersectionality.

Introdução

Temos desenvolvido, no Grupo de Pesquisa Território, Discurso e Identidade (TDI), a pesquisa *Psicopatologia e decolonialidade: gênero e relações de poder nas políticas públicas*. Logo, raça, gênero, classe e sexualidade têm sido focos de nossas atenções nos últimos quatro anos. A pesquisa anterior tinha o tema *A sala de aula de Psicopatologia: discursos e*

¹ Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, vanilcepsicologia@gmail.com.

² Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, conradosathler@ufgd.edu.br.

³ Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, marisalomba@ufgd.edu.br.

subjetividades. Neste percurso, temos observado a relevância da inclusão, de forma mais perspicaz, dos temas raça, gênero, classe e sexualidade nos cursos de Psicologia, como podemos ver em Sathler (2019), Sathler e Gomes (2021), Sathler e Mascia (2020), Sathler e Silva (2021) e Sathler e Tivirolli (2021). A inclusão que se pretende representa também um deslocamento, de modo a não psicologizar problemas sociais, identificando e responsabilizando individualidades pelos seus sofrimentos. Como veremos, as tendências atuais são clínicas e patologizantes e ocultam problemas constitutivos da sociedade brasileira, como seu histórico colonial de violência e exploração das mulheres e, em especial, das mulheres negras.

Este texto tem o objetivo de apresentar, de forma sistematizada, alguns efeitos de sentido por nós percebidos nos projetos político-pedagógicos (PPP) dos cursos de graduação de Psicologia. Buscaremos apontar recortes de planos de ensino de disciplinas, de ementas, de referências bibliográficas e de textos descritivos das instituições de ensino superior (IES) selecionadas para esta análise e, sem revelar suas identificações, apontar regularidades discursivas das alusões a raça, gênero, classe e sexualidade. Lançamos mão da análise discursiva e de alguns conceitos foucaultianos para tocar nosso objeto e, desta forma, examinamos a institucionalidade dos PPP – propostas, políticas e organização de componentes curriculares – e também os efeitos de sentido de alguns de seus enunciados. Optamos pela nomenclatura PPP, por entendermos que os projetos são, sobretudo, políticos e, em nosso caso, tratamos a forma como raça, gênero, classe e sexualidade se apresentam como atos caracteristicamente políticos.

A hipótese que dirige este texto é a de que, mesmo procurando atender as orientações do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação para a inserção dos direitos humanos nos currículos escolares, a escrita dos PPP revela ligações da Psicologia com o pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2002) – alianças forjadas entre pessoas brancas nas quais estão presentes a ambiguidade e a negação do racismo e da desigualdade social como um problema e o medo de perder os privilégios concedidos pela cor branca –, ocultando e silenciando autoras(es) negras(os), apagando compromissos históricos da Psicologia com movimentos discriminatórios e sonegando análises dos atravessamentos dessa história na formação de subjetividades e nas condições de saúde, trabalho, segurança e educação das mulheres negras e de toda a população.

Para dar parâmetros aos termos de nossa análise, faremos uma breve apresentação dos termos raça, gênero, classe e sexualidade nas acepções que as ligam à Psicologia, em suas especificidades, convergências e tensões. Na sequência, delimitaremos também a interseccionalidade e seu alcance nas análises sociais e psicossociais. No subitem acerca da metodologia, diremos da formação de nosso *corpus* e das bases de nossa análise: a análise do discurso. Elucidados esses pontos, apresentaremos as nossas análises e as considerações finais.

Raça, gênero, classe e sexualidade: diálogos com a psicologia

A Psicologia, em especial a Psicanálise, iniciou suas produções científicas em plena era vitoriana. O discurso público do corpo era um tabu. Como Foucault (1988) nos mostra, a Psicanálise e, em sua trilha, outros discursos terapêuticos delimitam as regras de onde, quando, quem e em que palavras o sexo podia ser enunciado. Ao longo do último século, a libido, o desejo edipiano e a perversão se projetam nos jogos de linguagem, no discurso cotidiano e na imagem de corpos, entre eles os corpos negros e não brancos; a partir desses processos, entra em funcionamento a Outrificação (KILOMBA, 2019), representando a entrada dessas pessoas em uma humanidade incompleta, existindo apenas como receptores de tais projeções perversas. Isso não significou quebrar o tabu dos discursos do corpo, mas estabeleceu regras discursivas para sua enunciação.

A dispersão discursiva é um mecanismo típico das formações discursivas. Postos os controles, as regras, as doutrinas e o desejo de poder/saber, a vontade da verdade põe em circulação os enunciados. Os sentidos flutuam, não se fixam e tornam inevitáveis as adaptações, as elucidações, as defesas e negociações de toda ordem para manter válido um lugar de fala, um discurso verdadeiro. Nessa escansão, a produção de sentidos sustenta o verdadeiro discursivo (FOUCAULT, 1996).

Influenciados pelo pensamento de Foucault (1996, 2002), compreendemos que o discurso “[...] está constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2002, p.145) e as formações discursivas são descritas como um conjunto de enunciados organizados para

[...] definir o regime geral a que obedecem seus objetos, a forma de dispersão que reparte regularmente aquilo de que falam, o sistema de seus referenciais; supõe, também, que se defina o regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação, a distribuição possível das posições subjetivas e o sistema que os define e prescreve (FOUCAULT, 2002, p.134).

As regras e os controles discursivos ordenam o que se pode dizer e como deve circular a representação de um objeto (FOUCAULT, 1996). Há descontinuidade nesses dizeres, porém a captura de objetos busca um regime de garantias para torná-lo contínuo e unificado no tempo. Dessa forma, os enunciados ligados entre si, em torno de seu objeto, compõem uma formação discursiva sempre em movimento, sempre em busca da perpetuação de seu objeto e disseminando enunciados estratégicos de manutenção, deslocamento e institucionalização, de modo a promover um domínio (ontológico e epistemológico) desse objeto. O conjunto de enunciados, ou o discurso assim postulado, compõe o regime de verdades que se amplia sobre o objeto e essa formação expressa a vontade da verdade, o estabelecimento de um regime de verdades sobre um objeto.

A sexualidade está no discurso da Psicanálise e, por consequência, da Psicologia, desde seu início. Como rito social, Foucault (1988) sugere que o falar analítico do sexo substitui o rito da confissão católica. Coladas no discurso, Psicologia, Psicanálise e Sexualidade conservam sentidos por força de um poder institucional terapêutico e se veem postos nos embates que o debate sobre gêneros impõe à sociedade atual. No entanto, possuem dificuldade em incorporar a raça em suas análises, quando essa diverge da cor da pele branca. Apontamos a necessidade de um pensar e de uma prática interseccional, pois mulheres negras e homens negros não deixam de ser negras(os) se as(os) identificamos apenas a partir do gênero.

A Psicanálise de Freud propunha: – Fale! – A cura pela fala. E a mulher histérica, posta em um divã, ganhava um espaço discreto, sigiloso e analítico. Como podemos observar, o consultório tem regras para a fala: livre associação, amoralidade e tempo restrito, mas a repressão generalizada sobre a mulher ganha um discurso opositor. No entanto, o poder disputa ferozmente os corpos e é com a produção deste conceito que se estabelecem as necessárias escanções sobre as relações de poder na constituição dos papéis sociais. A

Psicanálise ouviu, no entanto, mulheres brancas e não produziu escutas ou dispositivos analíticos para a escuta de mulheres não brancas. Assinalamos, ainda, que a análise denega as condições de repressão de homens negros e de mulheres negras, especialmente a repressão das mulheres, que ocorre em condições completamente distintas, caracterizadas pela brutalidade da violência colonial, conforme aponta Fanon (2005).

A contribuição das feministas, como aponta Butler (2020), está na constatação de que desde sempre o discurso do sexo é forçado, pois implica em uma naturalização binária dos gêneros, como se esses fossem o ponto zero do discurso e não como a materialização da vitória de uma categorização construída pelas relações de poder. Afirmar que o macho e a fêmea são produções sociais derivadas da Biologia e da Psicologia requer uma revisão na formação dos profissionais da Psicologia. Em nossa perspectiva, Biologia e Psicologia são produções discursivas; logo, macho e fêmea são igualmente produções sociais discursivas.

Para pensar a sexualidade, no interior da Psicologia, torna-se necessário revisitar a noção de psicosexualidade e, para desconstruir os discursos já naturalizados, é imperativa a análise de como as subjetividades produzidas por estes discursos foram construídas, como elas se mantêm, a quais instituições se ligam e que deslocamentos foram produzidos para que sustentassem seus valores e lugares sociais. A política dos corpos ganha a cena e à Psicologia se demandam as problematizações específicas de suas prerrogativas sociais. O normal e o patológico, por exemplo, devem ser pautados. Qual o lugar das relações sexuais, quais as implicações das posições ocupadas nas relações de poder entre sujeitas(os) em função do sexo? Como são ouvidos, por exemplo, os corpos negros, indígenas, travestis, trans e homossexuais pelas instituições de saúde, educação, segurança, trabalho e seguridade social?

A problematização dos lugares sociais definidos pela raça, gênero, classe e sexualidade se torna uma pré-condição para a formação dos profissionais ligados às políticas públicas, e a Psicologia Social não cumpre sua função quando despreza a história e as contingências sociais marcadas pela colonialidade, contingências que se constituem em atravessamentos na formação das subjetividades contemporâneas.

Segundo nos descreve Costa (2007), um movimento fundamentado na psiquiatria francesa, que tem seu embrião na década de 1920 e se consolida na década de 1930,

constitui-se representante do pensamento da elite governamental. Trata-se da Liga Brasileira de Higiene Mental. Essa Liga se sustentava sobre a hipótese de que as(os) negras(os), as(os) pobres, as(os) que não se educavam e não tinham acesso à saúde eram mais propensas(os) à loucura. A Liga vai, então, traçando seus projetos com início na higiene, limpando as ruas, em gestos de exclusão, até chegar à defesa da eugenia. A solução proposta era o embranquecimento da raça. Essa solução se baseava no fato de que a população negra de ex-cativas(os) era considerada uma mancha na história do Brasil e atrasava o seu desenvolvimento enquanto nação. O expoente dessas propostas eugenistas sustentadas pelo racismo científico, foi o médico Raimundo Nina Rodrigues. Não obstante, o médico Juliano Moreira, psiquiatra negro e diretor do hospital Pedro II, contestou os absurdos dessas teorias, pois retirar das ruas os indesejados socialmente não acabava com as doenças mentais produzidas pelo modelo colonial (PRESTES, 2020). As ideias eugênicas no Brasil, hegemônicas na psiquiatria, identificavam-se às práticas de limpeza racial adotadas por Hitler, na Alemanha.

A Psicanálise chega ao Brasil com Juliano Moreira e se expande aqui, como em todo o mundo eurocentrado (PRESTES, 2020). Para manter o registro das matrizes desse discurso, lembramos que a teoria freudiana do desenvolvimento se baseava na psicosexualidade e que os primeiros casos clínicos reconhecidos são das histéricas. Kehl (1998) relata e analisa a condição social das mulheres da era vitoriana, evidenciando o quase impossível não adoecimento da mulher europeia. Acrescentemos a essas limitações o lugar imposto às mulheres colonizadas do Brasil, em especial a mulher negra, cujo corpo foi transformado em objeto.

Para nos aproximarmos do reconhecimento da Psicologia como profissão no Brasil, em 1962, recuperamos estas marcas e apontamos que a formação dos profissionais em Psicologia se fazia nas universidades, em regime de estudos integral e a maior parte do corpo discente destes cursos era de mulheres brancas. Mas os reflexos do machismo e do racismo estrutural podem ser notados ainda hoje: homens brancos mais bem remunerados e mulheres negras precisando superar obstáculos desgastantes para conseguir se manter e ganhar reconhecimento na profissão. Uma sociedade ancorada e sustentada no racismo estrutural funciona de maneira a privilegiar abertamente sujeitos brancos, movimento que coloca os

membros de grupos negros em desvantagem (KILOMBA, 2019). O racismo estrutural faz com que homens brancos, seguidos de mulheres brancas, sejam mais bem remunerados e ocupem cargos de decisão nas esferas políticas e sociais.

Isso se reflete nas salas de aula: poucas professoras negras, raras referências bibliográficas negras e feministas, discursos e práticas excludentes e patologizantes se encontram em marcha nas universidades, o que, conseqüentemente, representa uma formação profissional desinteressada de um dos principais problemas sociais.

Método interseccional e (trans)formação em psicologia

A articulação entre raça, gênero, classe e sexualidade é uma construção coletiva de mulheres negras ativistas do pensamento e prática feminista negros, desde os anos 1970 e 1980, e surge da dificuldade dos espaços feministas, majoritariamente brancos, e do movimento negro, comandado majoritariamente por homens negros, de acolher as demandas de mulheres negras.

Autoras como Lélia Gonzalez (1984) e Ângela Davis (2016, 2017) demonstraram que a estrutura de nossa sociedade está indissociavelmente marcada pelas categorias de gênero, raça e classe, uma vez que o gênero das pessoas negras define sua posição social no mundo. É a partir do *Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*, da ativista de Direitos Humanos Kimberlé Crenshaw (2002), que a interseccionalidade é apresentada com tal nome e como uma proposta de um modelo provisório de análise metodológica.

Crenshaw (2002) destaca a contradição do ativismo de direitos humanos que, ao ignorar as estruturas sociais de raça, gênero e classe, proclama uma mulher universal, baseada na representação de gênero dos grupos dominantes. Os ativistas lutam por uma política de proteção que gere os problemas de superinclusão e de subinclusão. A superinclusão é a forma como determinada circunstância ou condição de violência é imposta de maneira desproporcional a determinados subgrupos de mulheres marcados por gênero, classe e raça, mas são absorvidas como sendo um problema exclusivamente de gênero. Nessa dinâmica, a

matriz de opressões raça, gênero e classe é diluída, sem considerar a totalidade do problema, promovendo intervenções ineficientes para remediar ou eliminar tal cenário. Junto à superinclusão, temos a subinclusão, que transforma os problemas enfrentados por mulheres de grupos racialmente subordinados em um problema de raça, sendo ignorado, portanto, pelas questões de gênero.

Logo, a separação entre as categorias de gênero, raça e classe produz mais problemas do que auxilia na compreensão da dinâmica social. A interseccionalidade se apresenta como uma solução metodológica capaz de dar conta dessas articulações, uma vez que entende as opressões enfrentadas por mulheres negras e por grupos subordinados a partir dos eixos de poder presentes em nossa sociedade. O racismo, o sexismo, o colonialismo, as opressões de classe e demais sistemas discriminatórios fluem em tais eixos de poder e se sobrepõem, como em avenidas e cruzamentos, atingindo e violentando aquelas que ali estão (CRENSHAW, 2002).

Assim como raça, classe e gênero são indissociáveis, o são também o colonialismo, capitalismo e racismo, como apontou Fanon (2008), em *Pele Negras Máscaras Brancas*, livro publicado pela primeira vez em 1952. O autor traz uma perspectiva na qual as posições sociais do colonizado e do colonizador são posições estabelecidas e mantidas a partir da violência, seja pelas armas ou pelas imagens. Para ele, pouco importa descrever a força de uma exploração ou qual seu grau; o que importa é reconhecer que há um ser humano com seu direito e dignidade sendo violados por conta de uma estrutura moldada em padrões que transformam tudo o que é genuinamente humano em processo de acumulação.

Esses processos de acumulação estão presentes nas colônias e consolidaram riqueza para pessoas brancas e violência para pessoas negras, principalmente as mulheres negras. Ao fim do processo de escravização, o racismo definiu as posições na nova sociedade de classes, o que configurou apenas uma mudança no modo de infligir a violência colonial. Logo, falarmos sobre as desigualdades sociais e de classes, sem falar em como o racismo produz uma espécie de alienação é um engodo, pois foi a ideia de superioridade racial que criou o racismo e sustentou o empreendimento colonial, acumulando as riquezas primitivas para o que seria posteriormente definido como capitalismo (FANON, 2008; FAUSTINO, 2018).

A modernidade produziu um delírio no qual pessoas negras são consideradas passionais,

por isso precisam ser controladas e tratadas da forma que nem mesmo aquele que criou tal delírio gostaria de ser tratado (MBEMBE, 2018a). Todos os delírios da modernidade acerca de pessoas negras e a esquizofrenia que produziu os complexos de inferioridade e superioridade nas colônias (FANON, 2008) não são de origem psíquica interna, mas sim condicionadas a uma construção externa, que envolve raça, classe e gênero, portanto, interseccional.

Quando indagamos a presença da temática étnico-racial e de gênero, em uma perspectiva interseccional nas formações em Psicologia, nós o fazemos principalmente porque a maioria da população brasileira é composta por pessoas que se declaram pretas ou pardas. De cerca de 205,5 milhões de brasileiros, 112,7 milhões se declaram pretos e pardos (SARAIVA, 2019). Termos cursos da saúde, com uma estrutura curricular majoritariamente branca, mantém os estudantes, e futuros profissionais, alheios à realidade social brasileira e contribui com as estruturas racistas, uma vez que ignora totalmente metade da população de nosso país e continua a perpetuar uma violenta estrutura colonial e desigual.

Pensar (trans)formações em Psicologia implica a construção de uma nova visão sobre a história e sobre as formações subjetivas. Nesse lugar, é necessário perguntar constantemente quem tem o estatuto de humano garantido e quem é a Outridade, a partir da qual esse humano é sustentado (KILOMBA, 2019).

A exploração colonial produziu subjetividades marcadas pelas figuras do colonizador (superior e humano) e do colonizado (inferior e coisa). Marcadores que não cessaram com o fim da escravização se (re)inscrevem cotidianamente e atualizam as violências coloniais. Esse modelo social produz, para pessoas negras, o que Kilomba (2019) chama de perda contínua, e é operacionalizada pelo mundo conceitual branco. Uma efetiva (trans)formação na Psicologia só será possível a partir do reconhecimento desse mundo colonial branco que nos atravessa, da oposição a ele, da sua destruição e da criação de novas linguagens e novos modos de subjetivação.

Corpus e procedimentos de análise

Segundo a plataforma *on-line e-MEC*⁴, em busca no dia 8 de agosto de 2021, há no país 1.211 cursos ativos de Psicologia. Isso não significa exatamente o número de cursos em funcionamento, pois há também alguns cursos autorizados ainda sem ingressantes, duplicidade de IES (devido a mudanças administrativas) e em processo de descredenciamento. Os cursos contam com turmas que alcançam até 700 ingressantes anuais, sendo a média mantida entre 50 e 100 discentes. As notas de Enade apontam para uma maioria com avaliações 2 e 3, seguidos pelos não avaliados devido ao início recente. As avaliações 4 e 5 ocorrem em baixa frequência. Os cursos de IES públicas federais estão entre aqueles com melhores avaliações.

Nossa amostra é composta por PPP de cursos de Universidades ou Centros Universitários. A seleção contemplou todas as regiões do país: Norte, 3; Nordeste, 3; Centro-Oeste, 2; Sudeste, 4; Sul, 3. As IES selecionadas estão assim distribuídas: particulares, 4; públicas federais, 4; confessionais, 4; comunitária, 1; pública estadual, 1; pública municipal, 1. O critério de escolha foi o de acesso. A busca foi feita pela expressão de busca PPP Psicologia, seguido pelo nome das IES, por região e por categoria administrativa, diretamente na *Internet*. Para completar o quadro, de forma a obtermos uma distribuição representativa, as buscas finais foram direcionadas e a plataforma *on-line e-MEC* serviu como fonte para a localização de universidades desconhecidas dos autores. As primeiras elencadas na plataforma foram as pesquisadas. O anonimato das IES será mantido.

Após a localização dos PPP, nós os baixamos e os organizamos nas seguintes categorias: particulares, confessionais, comunitárias e públicas. Os PPP investigados, em sua maioria, estavam completos. Constam neles identificação da IES, histórico da IES e do curso, inserção social, perfil do egresso, objetivos, descrição do funcionamento do curso e de suas instâncias administrativas, matriz curricular, ementário, referências bibliográficas, identificação de linhas de pesquisa, laboratórios, estrutura física, corpo docente e políticas institucionais, entre outros dados. Apenas um documento identificado como PPP estava resumido aos dados da matriz curricular e apresentação do funcionamento da IES e do curso.

Além dessa apresentação, que permite uma percepção ampla dos cursos, encontramos exposições de que a construção desses documentos contou com a participação dos núcleos

⁴ <https://emec.mec.gov.br/>

docentes estruturantes dos cursos e, em alguns casos, do colegiado do curso. Também a maioria apresenta resoluções de conselhos universitários de aprovação dos PPP.

Reconhecemos as limitações de nossa investigação. A análise dos PPP é um recorte parcial da forma como a IES e o curso tratam as questões de gênero e raça. Somente a título de exemplificação, há instâncias universitárias como núcleos temáticos de pesquisa, extensão e ensino, como há também comissões para análises de cotas, acolhimento, observatórios e cátedras, entre pontos voltados aos cuidados com os grupos excluídos e/ou discriminados. Entre outras limitações, citamos a forma de seleção de excertos para análise.

Escolhemos os léxicos sexualidade, sexo, gênero, etnia (com as grafias etnicorracial e étnico-racial), raça, racismo e diversidade, para localizarmos os excertos para análise. Essa escolha restritiva favoreceu muito a viabilização temporal do trabalho, mas, ao mesmo tempo, pode ocultar termos ligados à temática geral. Ainda, utilizamos os localizadores automáticos de palavras ou fragmentos para detectar os nomes de autoras(es) caras(os) aos nossos objetivos. Entre as(os) autoras(es), buscamos: Frantz Fanon, Angela Davis, Abdias Nascimento, Lelia Gonzalez, Virginia Bicudo, Neusa Santos Souza, bell hooks, Patricia Hill Collins, Judith Butler, Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento, Simone Nogueira, Cecília Coimbra, Achille Mbembe, Walter Dignolo e Anibal Quijano.

Essas escolhas lexicais e essas(es) autoras(es) são limitantes e dirigem os olhos dos autores para objetos específicos. A nossa intenção, com essas escolhas, é apontar regularidades discursivas por meio de autoras e autores representantes do pensamento feminista negro, das relações de gênero e sexualidade e da decolonialidade e, ao cruzarmos os temas e autoras(es), buscamos nos posicionar pela metodologia interseccional, pelo reconhecimento do(s) feminismo(s) negro(s) e do pensamento decolonial que, em nossa perspectiva, compõem indissociavelmente uma linha de abordagem segundo a qual as construções machistas, sexistas, racistas, capitalistas e racionalistas são frutos da mesma matriz de pensamento ou, mais precisamente, do mesmo eixo de poder (CRENSHAW, 2002).

Compreendemos também que, mesmo com o universo reduzido de recortes e com o foco estreito de nossos exames, a análise discursiva pode ser fonte de reflexões, ao estimular uma avaliação de como temos construído nossos PPP, que compromissos epistemológicos e

sociais formamos com eles e, ainda, quais subjetividades são atravessadas por nossos currículos ao passar por nossas instituições. A abordagem discursiva também pode permitir uma percepção, por meio da linguagem, do campo construído pelas regularidades das escritas. O discurso está sempre em dispersão. Não há uma origem ou uma opacidade que garanta uma localização personalizada; pelo contrário, a exterioridade nos garante que o que está aceito em um documento só é aceito por estar em circulação autorizada em outros documentos e outros pontos sociais. A memória discursiva também pode auxiliar na compreensão de que há elementos conservados e, simultaneamente, em alteração constante, e o jogo da linguagem na escrita obrigatória nos força ora a afirmar ou ora a ocultar e sempre tensionar nossas posições políticas (ORLANDI, 2012).

Projetos político-pedagógicos: discursos e compromissos

As IES escolhem, agem e se responsabilizam por suas convicções filosóficas e políticas, e os desdobramentos destas escolhas atravessam a linguagem escrita presente nos nomes, ementas e programas das disciplinas ou revelam tentativas de apagamento e/ou silenciamento quando ausências são observadas.

Quanto às temáticas raça, gênero e sexualidade, as disciplinas específicas não ocorrem na totalidade das IES particulares, mas em três das quatro analisadas. Na apresentação das disciplinas, pudemos tocar as escolhas lexicais e as filiações doutrinárias, filosóficas e políticas.

A ausência da palavra “gênero” nos títulos das disciplinas pode ser compreendida como uma dissociação proposital às discussões referentes ao conceito. Assim, emparelhar os termos Psicologia e gênero conota a tendência à compreensão dos papéis sociais, enquanto Psicologia e sexualidade encadeados indica a tendência biologizante, desenvolvimental e desemboca nas leituras disciplinares e normalizantes.

O excerto de um ementário [...] *temas atuais... .. doenças sexualmente transmissíveis, prostituição, diversidade sexual e disfunções sexuais* [...] unifica a pauta moral e patologizante, associando-a à atualidade – *temas atuais* – dando a entender que houve um tempo – o não atual – em que nada disso existia e, portanto, essa é uma questão nova e própria de

geração(ões) degeneradora(s) das condições e valores do passado. A associação dos termos Psicologia e gênero traz ao debate as questões culturais, as relações de poder, as políticas e as lutas dos movimentos sociais pelos direitos das minorias políticas. Entre os pontos dos planos de curso, encontramos as expressões: [...] *Patricarcado e monogamia, construção do corpo, dos gêneros, das sexualidades; heteronormatividade, sexismos, lgbtifobia, Teoria Queer, feminismos, política de repressão sexual e Direitos Humanos* [...]. Observamos nesses itens as construções críticas e problematizadoras das constituições sociais violentas, discriminatórias e excludentes e a presença de movimentos sociais e de defesa das minorias políticas.

Nas IES confessionais, identificamos construções de ementário e de planos de curso em outro modelo. Os termos pesquisados foram localizados nos componentes curriculares teóricos. Assim, em estudos da Antropologia, encontramos expressões como diversidade e gênero; em Psicanálise e em Gerontologia encontramos sexualidade e em Estudos sobre Liderança encontramos Etnicidade.

Ainda nas IES confessionais, percebemos outras tendências. Elas figuram, em geral, os temas gênero e sexualidade entre os transversais; desta forma, não são focos diretos de estudos. Apenas uma das IES estudadas apresentou a disciplina Psicologia dos Gêneros; mesmo assim, como eletiva. Isto significa que as(os) alunas(os) podem passar pela universidade sem trabalhar a questão. Mantendo a proposta da transversalidade, uma dessas IES dispõe dos estudos de sexualidade e gênero como temas de pesquisa, contudo alertamos que os temas transversais, quando não explicitados em pontos dos planos de ensino das disciplinas, correm o risco de não serem abordados de forma condizente. Localizamos uma linha de pesquisa com estes objetos no PPP, no entanto, menos de um(a) discente por ano obteve bolsa de Iniciação Científica no curso de Psicologia para trabalhar estas temáticas.

Por fim, observamos também a disposição da formação humanista e cidadã como caracterizadoras de boa formação cristã. Assim, os estudos das políticas públicas e das práticas profissionais são atravessados pelas leituras das injustiças e iniquidades sociais, sem especificar quais sejam. Em disciplinas e atividades práticas que abordam as intervenções escolares, nas instituições de abrigo, de assistência social ou da saúde, os planos de ensino inserem os problemas da violência, da discriminação e da vulnerabilidade, bem como as propostas de

promoção da cultura da paz e de justiça social.

Os termos pesquisados são observados poucas vezes e a ausência de disciplinas obrigatórias temáticas é a regra. Um dos PPP afirma que o compromisso com esses temas transversais pode ser visto por ser um dos tópicos da educação continuada dos professores, sem, contudo, apresentar qualquer informação de como essa formação é realizada. Enunciados como [...] *O compromisso ético da educação, ...violência, asilamento e o exercício da sexualidade. Respeito à diversidade de gênero como princípio ético, gênero e acessibilidade, ...Questões culturais e de gênero* [...] nos parecem mais como discurso lacunar, pois não asseguram uma posição de engajamento pedagógico para confrontar os problemas sociais que se apresentam.

A citação de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) apresenta o compromisso com a educação e com os direitos humanos como missão institucional e detalha o combate à pobreza, à exclusão e às iniquidades com vieses étnicos, raciais e de gênero como centros de seus projetos. No entanto, mesmo que presentes no projeto institucional, na extensão e na pesquisa – que não são componentes obrigatórios aos discentes –, o racismo e o machismo, a homofobia e a misoginia não compõem o currículo como pontos centrais de estudo na formação em Psicologia.

As IES públicas federais discutem, majoritariamente, esses temas em disciplinas não específicas, mas disciplinas da formação básica, como Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Ética Profissional, Psicologia Escolar e Psicanálise. Há grande variação da presença dos termos e da ênfase dada a eles nos planos das disciplinas. Os excertos [...] *questões teórico-metodológicas relacionadas à construção social de gênero; contribuições históricas e do movimento feminista para a (re)construção das teorias e práticas relacionadas ao gênero ou ruptura na cadeia de reprodução de tabus e intolerância* [...] indicam uma dimensão mais aprofundada que investe na constituição histórica, nos fundamentos metodológicos e nas consequências sociais das construções conceituais das relações dos tabus e da intolerância com as formações simbólicas que sustentam as sociedades. No entanto, não percebemos, em qualquer disciplina, a consideração de que o machismo e o racismo estejam entre as bases de nossa formação social ou que o pacto narcísico da branquitude seja um atravessamento forte

em nossas subjetividades ou ainda que a democracia brasileira prescinde do reconhecimento do lugar central da mulher negra nas relações de poder e de produção para se concretizar.

As IES públicas municipal e estadual não apresentaram os termos; portanto, em nossa análise, podemos apenas afirmar a pequena presença do tema em seu currículo. A universidade comunitária, ao contrário, apresenta disciplinas como *Desafios contemporâneos em Psicologia: ... gênero e relações étnico-raciais, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade e Análise de Cenários, Cultura e Globalização*. A expressão *Desafios contemporâneos*, título de uma disciplina, funciona como um alerta aos estudantes: esses são os desafios profissionais impostos àqueles(as) que entram no exercício profissional. Os desafios são: *gênero e relações étnico-raciais*. As demais disciplinas trazem as mesmas temáticas em seus bojos. Os termos diversidade de gênero, classe e raça/etnia, ciência e racismo, ciência e feminismo e direitos humanos surgem com referências bibliográficas consagradas da área: Bell Hooks, Judith Butler, Iray Carone, Cida Bento e Boaventura de Sousa Santos, entre outros. A escolha discursiva pelo termo diversidade cria a ideia de que, nesse espaço, fala-se da diferença e da diversidade a partir da construção de um Outro, que, mesmo representando a maioria da população brasileira, é considerado uma especificidade, um desafio, pois não se assemelha a humanos de verdade.

As disciplinas dos temas que investigamos foram chamadas, neste texto, de disciplinas específicas. Chamaremos de disciplinas da formação básica aquelas que são postas no início das matrizes curriculares e estão presentes na maior parte dos cursos, por serem consideradas conhecimentos imprescindíveis a qualquer atuação que o profissional venha a ter. Geralmente, Psicologia Social, Psicologia do Desenvolvimento, Teorias de Personalidade, Psicopatologia e Avaliação Psicológica estão elencadas nesta categoria.

As disciplinas Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária seriam as ligadas diretamente às temáticas. Fazemos uma ressalva epistemológica: consideramos o ponto de vista do pensamento decolonial e das epistemologias do Sul, que denunciam que, ao validar apenas os conhecimentos eurocentrados, enquadraram-nos entre os saberes no racionalismo cartesiano e, em especial, ao pautar o saber acadêmico exclusivamente vinculado à ciência moderna, excluem outras formas de saber e de produção de verdades e, em um

desdobramento imediato, assentam o padrão de todas as medidas humanas no homem branco, europeu. Nestes termos, a Psicologia do Desenvolvimento toma como regra as medidas e os métodos do Norte global e, por meio desse padrão, subordina todos os demais saberes, o que, conseqüentemente, impele uma patologização intrínseca a todas as subjetividades não europeias brancas. Assim operam os saberes universitários com as demais disciplinas básicas da Psicologia: Psicopatologia, Personalidade e Psicometria. Com isso, os saberes do Sul global são desperdiçados e se produz um apagamento das conseqüências que a violência colonial tem sobre toda subjetividade de fora de seu padrão.

O que capturamos em nossa leitura das disciplinas de Psicologia Social e, mais agudamente, de Psicologia Social Comunitária foi uma aproximação das questões de gênero. Mas, em um quadro geral, observamos um desenho pouco variado para o campo da Psicologia Social. Das 15 universidades investigadas, apenas uma não a tem em seu quadro de disciplinas obrigatórias; mas nessa IES há disciplinas específicas sobre os temas sociais. O conteúdo expresso na maioria se funda na apresentação de uma linha histórica que abarca as abordagens brancas europeias, seguidas da estadunidense e latino-americanas. As abordagens decoloniais pouco são contempladas na Psicologia Social. Apenas uma IES confessional a cita em seus planos de curso. Entre as IES particulares, uma delas criou um núcleo de práticas em Psicologia Social e nela as relações de território, saúde, trabalho e formação de subjetividades são discutidas e postas em projetos de extensão. As demais disciplinas gerais, que tratam das questões sociais, no entanto, apresentam as referências americanas, europeias e latino-americanas. Apenas uma delas apresenta o método cartográfico para pesquisa social.

Das IES federais, todas as pesquisadas apresentam a linha histórica, mas os pontos de ensino e as referências bibliográficas mostram a prevalência das teorias críticas e histórico-críticas. O mesmo ocorre com as IES estadual e municipal. Duas das federais enfatizam as temáticas de gênero e étnico-racial. No entanto, mesmo sem tratar destas questões em Psicologia Social, a IES comunitária toca a temática e traz as referências bibliográficas dos movimentos feministas negros ligados às metodologias críticas e interseccionais.

Há, como perspectiva formativa nas IES pesquisadas, diferenças sobre as quais podemos construir problematizações. Vamos descrevê-las em três grupos. Contudo, reconhecemos que

há outras possibilidades de realizar esta leitura. Em um primeiro grupo, identificamos IES que cumprem as prescrições legais e tratam as questões de gênero, as étnico-raciais, a sustentabilidade e as ético-políticas ligadas à cidadania como problemas contextuais e os dispõem de forma dispersa em disciplinas variadas, afirmando serem temas transversais. Aparecem como temas para pesquisa e intervenções de extensão; com isso, essas questões são tangenciais e o aprofundamento desses temas depende da escolha dos estudantes que, até então, receberam uma formação branca, majoritariamente. Em um segundo grupo, localizamos IES que compreendem o gênero como problema estrutural sensível; logo, buscam tocá-lo por meio de suas teorias e práticas formativas. Não obstante, não carregam referências específicas e abordagens diretas. Um terceiro grupo, menos expressivo, traz disciplinas e abordagens filiadas ao pensamento decolonial, às autoras do feminismo negro e as vincula às metodologias interseccionais, por exemplo.

Há enunciados acerca das questões raciais, mas, como veremos, sem vinculações entre gênero e raça. Os excertos [...] *Diversidade cultural e desenvolvimento infantil: a cultura afro-brasileira, africana e indígena* [...] e [...] *Diversidade cultural e desenvolvimento adolescente e adulto* [...] apresentam, sob o manto da diversidade cultural, as especificidades do desenvolvimento infantil, adolescente e adulto e as diferenças afro-brasileiras, africanas e indígenas. A diversidade cultural é um componente a ser observado no desenvolvimento humano; no entanto, as condições do desenvolvimento são afetadas muito mais pelas condições econômicas, sociais e pelas opressões e violências que a colonialidade exerce sobre as populações colonizadas do que pela diversidade cultural. Esse enunciado se repete em outras escritas e, dessa forma, mantém o pacto perverso de não discussão das iniquidades sociais baseadas na raça e na manutenção dos privilégios brancos.

Outro efeito de sentido colado à diversidade cultural é a de que ela seja um desvio da norma cultural. O enunciado traz: [...] *Diversidade cultural e desenvolvimento infantil: a cultura afro-brasileira, africana e indígena* [...], indicando o lugar da diversidade e, ao fazê-lo, faz também uma separação: o diverso e a norma. Com isso, outro problema conceitual emerge relativamente ao conceito de cultura. Segundo Bhabha (1998), a noção de diversidade cultural se ampara em noções liberais de multiculturalismo em que a cultura é totalizada, enrijecida,

mantida intocada e separada de intercâmbios. Consideramos que a discussão das práticas profissionais em Psicologia não dispensa as discussões dos conceitos de cultura e de seu caráter híbrido e mutável e também do caráter colonialista que pode atravessar a noção de diversidade cultural.

Seguindo essa regularidade discursiva, enunciados como [...] *marcos legais da infância e da adolescência*, [...] *políticas públicas de saúde, educação e assistência social* [...] *gênero, raça, sexualidade, etnia e religiosidade na infância* [...] nos permitem tocar a tendência generalizada de tratar não somente o desenvolvimento, a patologia, as políticas públicas dos campos de saúde, educação e assistência social, sem os marcadores da discriminação racial, de gênero e de classe. Negar a existência de tais marcadores é operar o racismo por denegação (GONZALEZ, 2020); realiza-se pela afirmação de marcadores temporais, legais e políticos, como se com eles a sociedade fosse tocada. Essa formação, como aponta a interseccionalidade, deforma a percepção e contém em si a violência colonial enraizada e atuante para quem quiser ver.

Abordar os marcos legais da infância e da adolescência, sem considerar as iniquidades sociais históricas que agenciam a produção de subjetividades, pode produzir um efeito de que a individualização dos problemas e a instalação de equipamentos institucionais públicos de reeducação e de reabilitação sejam eficientes para a proteção de crianças e adolescentes. Essa noção, no entanto, sustenta privilégios e culpabiliza comportamentos individuais, na medida em que apaga a desigualdade na distribuição de renda, a vulnerabilidade social, a evasão escolar e as violências relacionadas aos marcadores sociais de classe, raça, gênero e orientação sexual. Desse modo, discutir intervenções relativas às medidas de segurança, socioeducativas ou restritivas de liberdade, ou ainda a delimitação da maioria penal, significa intervir dentro de condições de discriminação sustentadas politicamente.

Os enunciados [...] *violências (física, sexual, psicológica, obstétrica ...)* *contra a mulher* [...], [...] *População LGBTI: vulnerabilidade social* [...] se aproximam dos problemas sociais, mas ainda apagam a interseccionalidade. As violências física, sexual, psicológica e obstétrica são distintas para mulheres negras e não brancas. Da mesma forma, a população LGBTI não é somente vulnerabilizada socialmente, mas os serviços de assistência social, de saúde ou quaisquer outros são excludentes e as(os) não brancas(os) encontram ainda maiores barreiras

de acesso. Constatamos, nos protocolos das infecções sexualmente transmissíveis, do Sistema Único de Saúde, que entre essas barreiras de acesso estão a dificuldade em identificar a população LGBTI e o descolamento dos preconceitos. A população LGBTI não pode ser identificada com promiscuidade, obscenidade, vulnerabilidade (SATHLER, SILVA, 2021). Evidentemente, a ausência de estudos interseccionais tem uma relação direta com essa realidade cruel.

Além dessas tentativas de silenciamento e de apagamento da memória e da violência que atravessa a formação das subjetividades, temos, nas referências bibliográficas indicadas nos PPP, um outro registro dos mecanismos de manutenção dos estatutos sociais postos na educação. Nosso levantamento identificou apenas uma citação do pensamento decolonial africano e duas referências de autoras brasileiras negras sobre os temas ligados às formações subjetivas e nenhuma referência à interseccionalidade. Ao repetir os discursos coloniais pelas bibliografias, ementas e planos de ensino, operam-se as exclusões das subjetividades negras da academia, uma vez que as negam e deslocam para o campo da anormalidade, do desviante. A resistência apontada nas exceções pode indicar um movimento inicial, mas a vasta referência do modelo eurocentrado indica o desperdício de saberes das epistemologias do Sul (SANTOS, 2010).

A pequena referência dos PPP à interseccionalidade revela uma distorção discursiva acerca dos direitos humanos; por um lado, favorece o esmaecimento dos elementos raça, classe e gênero, como recortes analíticos, mas, por outro lado, dificulta a projeção de políticas públicas inclusivas, uma vez que opera por metodologias que fracionam os sujeitos das análises. A interseccionalidade reconhece os atravessamentos compostos por fluxos complexos com elementos interconstitutivos, interdependentes e inseparáveis. A interseccionalidade, como ferramenta analítica, reivindica a superação dos modelos categoriais nos quais as discriminações podem ser tomadas como variáveis independentes e autônomas sobrepostas e não formações fundidas, amalgamadas (CRENSHAW, 2002).

Gonzalez (1984) já apontava a forma como racismo e sexismo incidem sobre a vida de mulheres e de homens negros em nosso país e registrou a necessidade de abandonar os modelos dicotômicos e fechados de “macho opressor x fêmea oprimida”. A inclusão de seus

escritos, bem como os escritos de outras mulheres negras, na formação de profissionais da Psicologia pode apoiar a construção de uma perspectiva de formação menos reducionista e que abarque os efeitos do racismo, do sexismo e dos estereótipos nas subjetividades, e pode propiciar práticas transformadoras.

Em nossa análise, percebemos, ainda, a ausência de referência à necropolítica. Como bem aponta Mbembe (2018b), a necropolítica é a expressão máxima de quem deve viver e quem pode morrer; como o Estado pode se organizar para promover a morte, compreender que as políticas públicas estão implicadas nas múltiplas formas de promover a morte (SANTOS; VARGAS, 2021). O silêncio da formação em Psicologia sobre a saúde, a educação e sobre o histórico do genocídio da população negra mostra marcas da denegação da história do racismo e da colonialidade e dos desvios dos compromissos da categoria que, desta forma, mantém o pacto narcísico da branquitude.

Considerando o silêncio proposital dos estudos sobre raça, gênero, sexualidade e classe, avaliamos que somente com pesquisas esse conhecimento pode ser construído na Psicologia. Como apontam nossas referências, em especial Gonzalez (1984) e Nascimento (2016), somente com o enfrentamento do pacto narcísico da branquitude e com reparações históricas e reconhecimento do lugar social e político da mulher negra e do homem negro a democracia no país será consolidada e esta conquista não será isolada. Para atingirmos este ponto, a flexão de gênero – já observada nas escritas do Conselho Federal de Psicologia – deve ser ampliada e chegar aos documentos escolares, desde os textos didáticos e científicos até os regimentais e administrativos, como os PPP.

Considerações finais

As análises realizadas foram de caráter discursivo. Isso implica em procedimentos que observam os controles discursivos, entre eles as limitações impostas pelos regimentos legais e as afiliações às políticas territoriais e às associações científicas, e ainda, considerando as diferentes formações discursivas e as regras de dispersão no campo formativo, a liberdade epistemológica, filosófica, doutrinária e política no ensino superior. Ponderamos ainda sobre a

complexidade das dimensões demográficas e territoriais do país, para apresentarmos algumas tendências discursivas. Desta forma, buscamos não produzir um recorte descritivo de categorias na formação profissional em Psicologia. Para refletirmos, minimamente, sobre a formação em sua heterogeneidade, buscamos pesquisar PPP de universidades públicas, particulares, confessionais e comunitárias de todas as regiões do país.

Os temas gênero, raça, sexualidade e classe estão presentes nos PPP em resposta às exigências de temas transversais na educação, principalmente associados aos direitos humanos. Essa transversalidade emerge na escrita como um artifício administrativo, pois os PPP afirmam que estão diluídos no currículo, mas essa diluição produz uma baixa concentração e esmaece a temática. Poucas disciplinas são temáticas; entre essas, algumas são eletivas. As pesquisas e as ações de extensão também são escassas e atingem poucas(os) estudantes.

Gênero, raça e classe são temas abordados, principalmente nas universidades públicas, nas disciplinas básicas, como Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária. A sexualidade aparece como elemento psicanalítico ou objeto da educação básica. As marcas discursivas nas ementas e nos planos de curso indicam filiações às abordagens europeia e estadunidense e repetem os mecanismos que tentam silenciar e apagar as escritas não brancas. Houve algumas exceções: a IES comunitária apresenta questões raciais e de gênero como desafios ao exercício profissional; duas IES particulares abordam o tema em disciplinas específicas, embora uma delas em disciplina eletiva. A invisibilidade se mantém com a inclusão dos temas em disciplinas introdutórias sociológicas, antropológicas e biológicas, tangenciando os problemas históricos e das violências nas formações subjetivas no país.

As perspectivas políticas de raça e gênero, em geral nos PPP, são moralizantes e patologizantes. Essa corrente discursiva se liga ao pacto narcísico da branquitude, pois conserva os métodos e conceitos regidos pela colonialidade.

Somam-se aos efeitos de sentido discriminatórios os apagamentos discursivos. Conceitos como necropolítica, abordagens como a decolonialidade e instrumentos de análise como a interseccionalidade são praticamente inexistentes. Este não é um efeito da atualidade dos temas. Os PPP não se caracterizam por terem escritas superiores a 6 anos. Os apagamentos das(os) autoras(es) negras(os) nos PPP são também sintomas do racismo e do machismo

estrutural.

Enfim, a discursividade nos PPP aponta que trabalhar os temas de nossa investigação na formação em Psicologia é ação de resistência aos padrões prevalentes brancos cisheteronormativos, patologizantes e moralizantes. Uma revisão institucional da Psicologia – ciência e profissão – é imprescindível para que se cumpra sua função ético-política na sociedade brasileira.

Referências

- BENTO, M. A. S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. 169f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.
- BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 Edições, 2020.
- COSTA, J. F. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, p.171-188, 2002.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2005.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.
- FAUSTINO, D. M. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. *SER Social*, Brasília, v.20, n.42, p.148-163, 2018. DOI: 10.26512/ser_social.v20i42.14288. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14288. Acesso em: 5 ago. 2021.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France: pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p.223-244, 1984.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KILOMBA, G. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 Edições, 2018a.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 Edições, 2018b.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PRESTES, C. Não sou eu do campo psi? vozes de Juliano Moreira e outras figuras negras. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v.12, p.52-77, 2020.

SARAIVA, A. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. *Agência IBGE Notícias*. 12 fev. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em: 5 ago. 2021.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p.31-83.

SANTOS, J.; VARGAS, J. Pandemia e genocídio da população negra: cenários da necropolítica estatal. *METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.239-254, jan./jun.2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/article/view/45537/24529>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SATHLER, C. N. Sustentação e disciplina nas medidas socioeducativas. *Horizontes*, Itatiba, v.37,

p.1-15, 2019.

SATHLER, C. N.; MASCIA, M. A. A. Uma análise discursiva de ementas de psicopatologia em cursos de psicologia. *ETD: Educação Temática Digital*, Campinas, v.22, p.127-144, 2020.

SATHLER, C. N.; GOMES, V. F. A sala de aula de psicopatologia e o racismo. In: ROCHA, W. H. A. (org.). *Racismo e antirracismo: reflexões, caminhos e desafios*. Curitiba: Bagai, 2021, p.91-103. *E-book*.

SATHLER, C. N.; SILVA, D. C. N. Análise discursiva da temática LGBT+ no protocolo de infecções sexualmente transmissíveis. In: DUARTE, G. O.; MACHADO, G. E.; FOLNER, I. (org.). *Gênero e diversidade na educação*. Santa Maria: Arco Editores, 2021, p.66-79.

SATHLER, C. N.; TIVIROLLI, J. C. F. A ordem do discurso biomédico: silenciamento, tradução e fala em língua indígena. In: TELES, T. R. (org.). *Língua(gens), literaturas, culturas, identidades e direitos indígenas no Brasil: análises, reflexões e perspectivas*. Curitiba: Bagai, 2021, p.59-70. *E-book*.

Recebido em setembro 2022.

Aprovado em maio 2022.